ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: PRESERVAÇÃO AMBIENTAL ASSOCIADO AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Salem Adna Silva de Lima [1]
Izabel Cristina Melo da Cunha Silles [2]
Elizabete Maria de Paula [3]
Tiali Diniz da Silva [4]
Elioneide Bezerra dos Santos [5]
Roberto Araújo Sá [6]

INTRODUÇÃO

As questões ambientais têm ocupado espaço crescente nas discussões educacionais devido aos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, especialmente aqueles relacionados ao consumo excessivo, à produção de resíduos sólidos e à degradação dos recursos naturais. Nesse cenário, a Educação Ambiental apresenta-se como uma estratégia fundamental para promover mudanças de comportamento e incentivar práticas sustentáveis.

Nesse sentido, escola constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações que estimulem a conscientização ambiental, possibilitando aos estudantes compreenderem seu papel na preservação do meio ambiente.

Corroborando a essa perspectiva, Ferrari e Zancul (2010, p.26) reforça, “o trabalho com Educação Ambiental deve estar presente nas escolas, inserido no cotidiano do professor, fazendo parte dos Projetos Político-Pedagógicos e que deve ser devidamente fundamentado para orientar as ações docentes e as atividades dos alunos”.

Ou seja, a inserção das ações voltadas a EA no Projeto Político-Pedagógico (PPP) fortalece o compromisso institucional com a formação integral dos educandos.

Desta forma, este estudo tem como objetivo identificar ações que contribuam para a gestão eficiente dos resíduos sólidos no contexto escolar, relacionando-as às práticas

[1] Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa – pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, salems1lima@gmail.com;
[2] Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino Fundamental pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - FAMASUL, belsilles@gmail.com;
[3] Especialista em Geografia pela FACIP, elizabetemariassg@gmail.com;
[4]Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante - FAVENI, diniztiali@gmail.com;
[5] Graduando em Pedagogia pela Centro Universitário UNIFACVEST elioneide_b@icloud.com;
[6] Biólogo pela Universidade Estadual do Piauí, Mestre em Bioquímica e Doutor em Química pela Universidade Federal de Pernambuco com Pós-Doutoramento em Biologia Molecular pela UFPE, roberto.asa@ufpe.br.

ISSN: 2358-8829

pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal Monsenhor Abílio Américo Galvão, localizada no Distrito de Serro Azul, município dos Palmares - Pernambuco.

Neste contexto, Ferrari e Zancul (2010) destacam que a Educação Ambiental deve estar presente no cotidiano escolar e integrar o Projeto Político-Pedagógico, fundamentando as ações docentes e as atividades desenvolvidas pelos estudantes. Os autores também destacam a importância da construção coletiva desse documento, articulando teoria e prática e favorecendo um trabalho pedagógico integrado.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, associada a um relato de experiência, desenvolvida por meio da aplicação de questionários a estudantes dos 6º e 7º anos e seus familiares, durante os meses de agosto e setembro de 2026. nas seguintes etapas:

i) Inicialmente foi realizada revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à Educação Ambiental e à gestão de resíduos sólidos.

ii) Posteriormente, desenvolveu-se uma pesquisa de campo na Escola Municipal Monsenhor Abílio Américo Galvão, envolvendo observação das práticas ambientais existentes e participação dos estudantes em atividades educativas voltadas à conscientização ambiental.

iii) Aplicação de questionários a estudantes dos 6º e 7º anos e seus familiares, durante os meses de agosto e setembro de 2026.

As ações desenvolvidas incluíram: Palestras educativas; oficinas de reciclagem; implantação de coleta seletiva; produção de materiais reutilizáveis; campanhas de conscientização ambiental; atividades integradas ao PPP da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, estabelece diretrizes para a gestão adequada dos resíduos e a responsabilidade compartilhada entre sociedade, empresas e poder público (BRASIL, 2010). Nesse contexto, a escola possui um papel fundamental na Educação Ambiental, por meio de práticas que incentivem a redução, a reutilização e a destinação adequada dos resíduos sólidos.

No Brasil, a Lei nº 9.795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecendo sua presença articulada e permanente nos diferentes níveis e modalidades de

ISSN: 2358-8829

ensino (BRASIL, 1999). Ou seja, a Educação Ambiental constitui uma dimensão essencial do processo educativo, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas responsabilidades socioambientais.

Corroborando com essa perspectiva, Reigota (2010) destaca a importância das reflexões sobre as relações entre sociedade e natureza, enquanto Carvalho (2012) aborda a formação do sujeito ecológico, fundamentada em valores e atitudes de responsabilidade ambiental. Freire (1996), por sua vez, defende uma educação crítica que favoreça a autonomia e a participação dos estudantes na transformação da realidade.

Nesse contexto, a escola pode promover projetos, campanhas educativas e atividades interdisciplinares voltadas à sustentabilidade, à redução de resíduos e ao consumo consciente. Para assegurar a organização e a continuidade dessas práticas, é fundamental que a Educação Ambiental esteja contemplada no Projeto Político-Pedagógico (PPP), orientando o planejamento institucional e as ações pedagógicas.

Por exemplo, ações que viabilizem o consumo consciente, escolhas responsáveis quanto à aquisição, utilização e descarte de produtos, considerando seus impactos ambientais e sociais. Essas práticas contribuem para desenvolver hábitos sustentáveis e estimular a responsabilidade individual e coletiva.

Nesse contexto, o consumo consciente deve estar articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), orientando atividades educativas que aproximem a sustentabilidade do cotidiano dos estudantes.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento fundamental para a organização das práticas escolares, pois estabelece princípios, objetivos e ações que orientam o trabalho da instituição. Para Veiga (1995), o PPP possui uma dimensão política por estar comprometido com a formação cidadã e a organização do trabalho pedagógico.

Nesse contexto, a sustentabilidade deve integrar o planejamento escolar por meio de ações voltadas ao uso responsável dos recursos naturais, à redução do desperdício, à gestão de resíduos e ao consumo consciente. Segundo Carvalho (2012), a Educação Ambiental contribui para a formação de sujeitos conscientes de suas responsabilidades socioambientais.

Dessa forma, compreende-se que a articulação entre a Educação Ambiental, o consumo consciente e o Projeto Político-Pedagógico constituí um caminho para fortalecer práticas educativas voltadas à sustentabilidade no ambiente escolar. Nesse sentido, a gestão dos resíduos sólidos ultrapassa a dimensão operacional, assumindo também um caráter pedagógico, ao possibilitar o desenvolvimento de atitudes responsáveis e a participação da comunidade escolar na construção de uma consciência socioambiental.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) ocorre por meio da inserção dessas práticas no planejamento institucional, garantindo que a Educação Ambiental seja desenvolvida de forma organizada e articulada aos objetivos pedagógicos da escola. O PPP constitui, portanto, um instrumento importante para orientar, sistematizar e acompanhar ações voltadas à sustentabilidade no ambiente escolar.

Contudo, na análise dos dados realizada, verificou-se que o PPP de 2025 não detalhava integralmente as ações relacionadas à gestão de resíduos e à Educação Ambiental. No entanto, em 2026, observou-se a inclusão dessas ações no documento, representando um avanço no planejamento institucional. Essa mudança favoreceu a definição de práticas educativas, a participação da comunidade escolar e o acompanhamento das atividades desenvolvidas, fortalecendo o compromisso da instituição com a formação de estudantes conscientes e responsáveis socioambientalmente.

Além disso, os familiares passaram a refletir sobre práticas anteriormente consideradas comuns, como a queima do lixo e o descarte em áreas abertas. Esse aspecto demonstra a importância da escola como espaço de transformação social e disseminação de conhecimentos ambientais.

Os resultados corroboram a perspectiva de Freire (1996), ao defender que a educação deve promover a conscientização crítica dos sujeitos sobre sua realidade, incentivando a participação ativa na construção de soluções para os problemas sociais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental constitui uma importante ferramenta para a formação cidadã e para a construção de uma cultura de responsabilidade socioambiental.

A experiência desenvolvida na Escola Municipal Monsenhor Abílio Américo Galvão demonstrou que a integração da preservação ambiental ao Projeto Político-Pedagógico favorece a implementação de ações permanentes voltadas à gestão eficiente dos resíduos sólidos.

Conclui-se que práticas educativas associadas à conscientização ambiental contribuem para a formação de estudantes mais críticos, participativos e comprometidos com a sustentabilidade, fortalecendo o papel da escola como agente transformador da sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Resíduos Sólidos; Sustentabilidade; Projeto Político-Pedagógico; Escola.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 1 out. 2026.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR ABÍLIO AMÉRICO GALVÃO. Projeto Político-Pedagógico 2025. Palmares, PE: Escola Municipal Monsenhor Abílio Américo Galvão, 2025.

ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR ABÍLIO AMÉRICO GALVÃO. Projeto Político-Pedagógico 2026. Palmares, PE: Escola Municipal Monsenhor Abílio Américo Galvão, 2026.

FERRARI, Alexandre Harlei; ZANCUL, Maria Cristina de Senzi. A educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Araraquara/SP. 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

REIGOTA, Marcos. A educação ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 539-570, maio/ago. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200008. Acesso em: 1 out. 2026.VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.